

A. I. Nº - 151301.0125/01-8
AUTUADO - FERNANDO ARAÚJO DOS SANTOS
AUTUANTE - DAVI BORGES AZEVEDO
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 30/01/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0001-03.03

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. Retificados os equívocos no levantamento fiscal, o que reduziu o valor exigido. Infração parcialmente comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 31/12/2001, exige ICMS de R\$ 2.105,81, em decorrência da falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado, relativo ao ano de 1997.

O autuado tempestivamente ingressa com defesa, fls.60/62, e tece os seguintes argumentos:

1. Que quando o preposto fiscal levou os documentos fiscais que foram solicitados, ficou em seu poder um talão de notas fiscais de venda a consumidor, série D1, nº 4.201/4250, com vendas de janeiro de 1997, das seguintes mercadorias: 10 camisas/camisetas; 05 bermudas, 01 bola de campo, 19 sandálias, 23 sapatos, 12 tênis, 03 calções, 04 saias, 03 blusas. Anexa xerox das referidas notas fiscais, e ressalta que estas notas fiscais não constam no levantamento de saídas elaborado pelo autuante.
2. Diz que quando emite notas fiscais com o nome "CAMISETAS", trata-se de "CAMISAS", mesmo porque não vende camisetas regata, que não têm manga e nem gola. Informa que englobou os itens 2 e 3 (camisas/camisetas), em um item só, e encontrou um novo preço médio de R\$ 18,44, conforme revisão que efetuou do levantamento original.
3. A final acata em parte o Auto de Infração, pede revisão e reconhece o crédito tributário no valor de R\$ 1.269,97.

O autuante presta informação fiscal, fl.148, e considerando os argumentos do contribuinte, fez um novo levantamento, onde acata as razões da defesa quanto às quantidades dos itens especificados, camisas/camisetas, mas discorda do preço médio calculado pelo contribuinte, relativo a estes itens. Encontra o preço médio de R\$ 18,99 o que perfaz o ICMS a pagar de R\$1.283,95.

O presente PAF retornou à INFAZ de origem para que o autuante adotasse os critérios estabelecidos na Orientação Normativa 01/2002, do Comitê Tributário.

O autuante após conceder os créditos fiscais, conforme a Orientação Normativa 01/2002, concluiu que o valor do ICMS foi reduzido para R\$ 1.054,87.

O autuado ciente do novo valor do ICMS não se manifesta.

VOTO

O presente Auto de Infração decorreu do levantamento quantitativo de estoques de mercadorias, em exercício fechado, 1997, no qual foram apuradas saídas de mercadorias sem a emissão de documentos fiscais.

O autuado irresignado com o lançamento, aponta a ocorrência de equívocos na apuração das saídas de camisas e camisetas, que foram consideradas isoladamente, e pede a sua unificação, no que foi atendido pelo autuante na informação fiscal. Também se insurge quanto ao preço médio apontado no levantamento do auditor, reconhecendo o valor unitário de R\$ 18,44 o que totaliza o ICMS de R\$ 1.269,97.

O autuante, embora acate a unificação do item camisas/camisetas, não aceita o preço médio apontado na defesa, e sim o valor de R\$ 18,99, o que perfaz o total de ICMS de R\$ 1.283,95. Concorro com o preço médio indicado pelo autuante, pois em conformidade com a média dos preços praticados no último mês de comercialização das mercadorias (dezembro de 1997), e constante no demonstrativo de fls. 151 a 168, mês em que foram vendidas 33 camisas ao preço total de R\$ 626,76.

Ressalto que não se aplica a Orientação Normativa 001/2002, ao presente caso, embora este órgão julgador tenha encaminhado o PAF para que o autuante adotasse os critérios nela descritos, pois o período fiscalizado foi o exercício de 1997, e o contribuinte estava enquadrado no regime Normal de Apuração do ICMS.

Em decorrência, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **151301.0125/01-8**, lavrado contra **FERNANDO ARAÚJO DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.283,95**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de janeiro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR